

Consun revoga AEDA e extingue Procuradoria da Uerj



A mobilização dos trabalhadores da Uerj deu mais uma mostra de força nesta quarta-feira, dia 03/08. Em decisão do Conselho Universitário da Universidade foi revogada a AEDA 23/2011, que criava a Procuradoria Geral da Uerj (PGUerj), órgão que por várias vezes buscou criminalizar a categoria de servidores técnico-administrativos e causou transtornos para a garantia de pautas históricas dos servidores da instituição.

Com a revogação da AEDA

dos 23/2011, a Procuradoria está extinta, retornando a Diretoria Jurídica da Uerj (DIJUR), que entre os anos de 1994 e 2011 foi o setor responsável pelo acompanhamento e aconselhamento jurídico da Universidade.

Atitudes da PGUerj causam indignação aos conselheiros universitários

Logo na abertura do Expediente do Consun, os conselheiros Jorge Luis Mattos de Lemos (Gaúcho), Cássia Gonçalves, César Lima de Castro Lopes e Marco Gayoso,

da bancada dos servidores técnico-administrativos, pediram a palavra para denunciar as atitudes tomadas pela Procuradoria com o objetivo de garantir ganhos pessoais sem debater com a Administração Central ou os demais trabalhadores da Uerj, além de medidas que estão sendo tomadas com o objetivo de prejudicar os trabalhadores da casa e entidades representativas.

A primeira denúncia foi relacionada à inserção dos artigos 9º e 10º, por meio de

substitutivo, no Projeto de Lei 2.057/2016, que busca garantir ganhos para a categoria dos técnicos. Com esses dois artigos, os advogados da Procuradoria buscavam aumentar seus vencimentos em 185% e incorporar adicionais de 50% ao salário, acumulando um total de 235% em aproximadamente dois anos, mesmo após o Governo reafirmar em diversas reuniões de negociação que não iria discutir pautas relacionadas a finanças ou aumento de salários para os servidores públicos estaduais. Outras questões apresentadas foram o bloqueio de valores nas contas bancárias do Sintuperj (R\$ 30 mil) e da Asduerj (R\$ 32 mil) para o pagamento de honorários advocatícios e custas processuais relacionados ao processo de Interdito Proibitório de 2012 e a negação do recurso de suspensão da ação de Dissídio de Greve por 30 dias movido contra a Reitoria da Uerj e a Direção do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) contra o Sindicato neste ano de 2016. Somado a essas denúncias, os técnicos e docentes ressaltaram que os advogados da Procuradoria atrapalharam pautas importantes das categorias que ainda hoje não foram conquistadas, como a correção dos adicionais de insalubridade e periculosidade sobre o salário-base dos

técnicos e a incorporação da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho dos docentes, com a prerrogativa de levar o mesmo para a aposentadoria.

Durante a sessão do Consun, o pleito de reivindicação pela revogação da AEDA 23/2011 e a conseqüente extinção da Procuradoria foi repetidamente apresentado pela bancada dos técnicos, recebendo o apoio de vários conselheiros da bancada docente e estudantil. Os estudantes inclusive encaminharam uma proposta de convocação da atual chefe da Procuradoria, Rose Melo Venceslau Meirelles, que não foi encontrada na Universidade para prestar esclarecimentos aos conselheiros.

Com a inclusão de pauta no Consun, os conselheiros aprovaram por ampla maioria após discussão a revogação da AEDA 23/2011, extinguindo a PGUerj e retomando a estrutura da DIJUR. O reitor se comprometeu a encaminhar uma proposta de regulamentação das atividades do corpo jurídico da Universidade para a Comissão Permanente de Legislação e Normas do Consun (PGLN), que irá apreciar o mesmo. Além da extinção da Procuradoria, a Administração Central da Uerj se comprometeu a enviar ao Governo do Estado uma nota aprovada ao final da sessão do Consun reivindicando o veto

aos dois artigos inseridos no Projeto de Lei aprovado na Alerj.

Outros debates do Consun: orçamento 2017 da Uerj e Escola Sem Partido

Antes do debate sobre a PGUerj, o reitor encaminhou como ponto de pauta a apreciação, em regime de urgência, de uma proposta de orçamento da Uerj para o ano de 2017, que deve ser enviada para a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag) até o próximo dia 08/08. Após a leitura do parecer dado pela Comissão de Planejamento de Desenvolvimento do Consun, os conselheiros aprovaram o encaminhamento da proposta apresentada e a continuação das discussões sobre o orçamento da Uerj no mês de setembro, buscando adicionar novos documentos e elementos com o objetivo de garantir a aprovação de valores que viabilizem a manutenção da Universidade.

Durante o expediente, o conselheiro estudantil Bruno Pereira encaminhou uma moção contra o projeto Escola Sem Partido, que tem o objetivo de cercear o direito a uma educação ampla e plural no Brasil. A moção, que já havia sido aprovada no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEPE) realizado em 02/08, foi aprovada pelos conselheiros no Consun.